

Reflexões sobre os erros das arbitragens no futebol brasileiro: existe possibilidade de aperfeiçoamento?

Reflections about referees' mistakes in brazilian soccer: is there possibility of improvement?

Santos, RFS¹; Soares, AJG²; Ferreira, MS³

1 – UNIVERSO

2 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

3 – UERJ - Universidade Gama Filho

Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre questões ligadas à arbitragem do futebol, seus sucessivos erros e possibilidades de aperfeiçoamento. A observação sistemática de 40 jogos de campeonatos regionais e nacionais identificou três principais situações de erro, oriundas da: (a) marcação dos impedimentos; (b) interpretação das faltas; e (c) dificuldade da arbitragem ver tudo o que acontece em campo, com destaque para o primeiro grupo de erros. Para superar esses erros, propomos a inclusão de dois árbitros em campo e um atrás de cada gol. A nosso ver, tais alterações representariam uma ruptura no perverso e ambíguo ciclo de erros instaurado na arbitragem no futebol.

Palavras chave: Futebol, Violência, Arbitragem.

Abstract

The aim of this paper is to discuss issues relating to officiating of football, its successive errors and possibilities for improvement. The systematic observation of 40 games of national and regional championships identified three main error situations: (a) marking of off-side, (b) interpretation of faults and (c) difficulty of arbitration to see everything that happens on the field, especially the first group of errors. To overcome these errors, we propose the inclusion of two referees on the field and one behind each goal. In our view, these changes represent a break in the vicious cycle of errors and ambiguous initiated in the officiating in football.

Keywords: Soccer. Violence. Officiating

Correspondência:

Roberto Ferreira dos Santos
Rua Tirol, 450/1104 – Jacarepaguá/Freguesia
Rio de Janeiro - RJ
Cep: 22750-009
E-mail: rob.fersantos@oi.com.br

Introdução

Polêmicas sobre a arbitragem no futebol não são algo recente. Segundo Agostino (2006), na primeira Copa Rocca disputada entre Brasil e Argentina, em 1914, em Buenos Aires, o Brasil só saiu vencedor do jogo, porque os próprios jogadores argentinos acusaram uma irregularidade, apesar de o árbitro ter validado o gol. Segundo o historiador, o jogador argentino dominou a bola com a mão, para fazer o gol de empate que tiraria o título do Brasil. O árbitro, que inicialmente havia validado o gol, voltou atrás na sua decisão. Terminado o jogo houve festa para os brasileiros, sem confrontos, revelando o clima de cordialidade que imperava (p.55). Esse fato nos remete a um contexto em que o esporte era, em várias competições realizadas na época, um espaço de lazer no qual a sociabilidade e a convivência civilizada poderiam estar acima do valor da vitória.

Se realizarmos uma incursão na literatura internacional sobre arbitragens de futebol, verificamos que esta cobre os mais variados aspectos. Andersen et al (2004), por exemplo, ao discutirem a violação das regras e a ocorrência de lesões nos jogadores no futebol norueguês, verificaram que as marcações dos árbitros e a coerência nas arbitragens só contemplaram menos de 30% das ocorrências de faltas e efetivas lesões. Em outras palavras, cerca de 60% das faltas cometidas, que provocam risco, sequer são marcadas. Em função desses dados, sugerem uma reflexão para o aprimoramento das

regras e da aplicação das mesmas, para prevenir e proteger os jogadores.

Friman et al (2004) numa abordagem empírica fenomenológica, com o referencial psicológico, analisaram as ameaças e as agressões sofridas por árbitros suecos em função de suas performances. Entre outras conclusões, os autores destacaram que as ameaças sofridas pelos árbitros podem comprometer suas atuações e concentração durante as partidas. A falta de concentração na tarefa de arbitragem pode gerar comportamentos negativos e não previsíveis por parte dos atores sociais (jogadores, dirigentes, torcedores) que interagem durante uma partida de futebol.

Lane et al (2006) estudaram a qualidade das decisões dos árbitros por meio de pesquisa qualitativa, que procurou entender todos os fatores que contribuem para a boa qualidade do papel do árbitro. Nas conclusões, os autores destacaram que os árbitros manifestaram forte desejo de acertarem nas suas decisões e não cometerem erros. Entretanto, quando as falhas acontecem o estado de ansiedade e estresse pode instalar-se tanto nos árbitros quanto nos demais participantes de um evento esportivo.

Os estudos descritos acima indicam que a função do árbitro de futebol desempenha um papel fundamental na dinâmica do esporte e, nesse sentido, nossa questão é entender como a arbitragem no futebol interfere na dinâmica da competição. O objetivo do artigo é refletir

sobre as questões ligadas à aplicação das regras que norteiam as arbitragens do futebol e os sucessivos erros que acontecem, interferindo na dinâmica do jogo, muitas vezes alterando resultados.

Metodologia

Para a observação da dinâmica dos jogos, analisamos a atuação do árbitro com base no roteiro de observação que intenciona registrar as 'ocorrências em campo' dos erros de arbitragem (Santos, 1996). Assim, para o registro dos erros foram consideradas para a análise as seguintes sub-categorias: (a) erros na marcação dos impedimentos, (b) erros na interpretação das faltas e (c) erros pela dificuldade de os árbitros não possuírem controle de tudo que ocorre durante uma partida. Esses erros se referem aos vários tipos de infrações que ocorrem durante uma partida, do ponto de vista de análise da arbitragem.

Além de utilizar as observações sistemáticas dos jogos, procuramos também, eventualmente, confrontá-las com as notícias que divulgaram os mesmos jogos pelos jornais. Essa dupla observação nos permitiu obter uma visão mais ampliada e diversificada dos acontecimentos e, com isso, captar detalhes que eventualmente pudessem ter sido desconsiderados na observação inicial. Todos os jogos foram observados pela televisão e somente por um observador que possui treino nesse tipo de observação sistemática pela televisão.

Foram observados 40 jogos, escolhidos acidentalmente, dos seguintes campeonatos: Brasileiro de 2006 e 2007; Carioca de 2007; Paulista de 2007; Copa do Brasil de 2007; Espanhol; Francês; e Italiano. Considerando que o futebol apresenta características muito semelhantes nas várias sociedades onde está institucionalmente inserido – não estamos nos referindo a estilos de jogar o futebol, mas a características de sua dinâmica que são universais –, as observações dos jogos de campeonatos de outros países tiveram por objetivo captar eventuais ocorrências na dinâmica da arbitragem no sentido de levantarmos elementos comparativos. Essa comparação pretendeu, acima de tudo, captar sinais que a excessiva proximidade do futebol brasileiro pudesse turvar. Nas palavras de Bromberger (2008);

Uma análise monográfica aprofundada, que combine nos pontos de vistaêmico e ético, e um comparativismo que se desprenda das falsas evidências, eis aí, sem dúvida, os cânones de uma abordagem na qual se faz variar o foco e na qual se utiliza a um só tempo a lupa e a luneta astronômica, o muito próximo e o muito distante, para liberar a estrutura inteligível de uma experiência sensível. (p.244).

As observações sistemáticas dos jogos foram propostas como forma de contribuir para uma visão organizada que possa conduzir a uma 'descrição densa' do momento do jogo de futebol, com todos os componentes emocionais que ele

comporta (Goldenberg, 2005). Essa abordagem tenta se aproximar o máximo possível do papel de registrar, historicamente, determinado contexto que, para a cultura brasileira, tem sido extremamente marcante: o jogo de futebol, o árbitro e os jogadores entrelaçados numa relação altamente emocional e passível de interpretações. Utilizando expressão de DaMatta (1982), procuramos entender que dramatizações ocorrem em torno de uma partida de futebol, no aspecto específico das regras e de suas aplicações.

Descrição e Discussão das observações sistemáticas

A seguir, apresentamos as discussões referentes às situações de jogo observadas. Devemos ressaltar que a pesquisa não pretendeu apresentar a opinião dos pesquisadores, mas sim, verificar quais foram as polêmicas e os erros expressos nas observações sistemáticas e na mídia impressa e televisiva. Apesar de termos observado 40 jogos, destacaremos somente os erros que provocaram discussões e se tornaram emblemáticos.

Erros na marcação dos impedimentos

É raro não acontecer um erro de marcação de impedimento durante os jogos. Embora esses sejam sistemáticos, pela observação realizada até agora, não podemos afirmar e nem temos indícios de que os árbitros

tenham intenção de prejudicar os times. É preciso que se diga que a regra em si, dentro da dinâmica do futebol, é muito difícil de ser aplicada, devido à necessidade que o assistente tem de precisar o momento de lançamento da bola e a posição do jogador que a irá receber.

No Campeonato Paulista de 2007, um dos casos que se tornou emblemático ocorreu no jogo entre Santos 2x2 São Paulo, quando a assistente – que, por ser mulher, gerou discussões mais acaloradas em termos de gênero – do jogo anulou um gol do São Paulo, provocando muitos protestos e reclamações durante e depois da partida. Destaca-se que esse erro alterou o resultado da partida. Além disso, o fato da regra do impedimento depender fundamentalmente dos árbitros assistentes, o árbitro principal fica ao mesmo tempo dependente da precisão da marcação de seus assistentes e isento de responsabilidade, na medida em que o campo de futebol possui grandes dimensões para que ele possa ter controle total sobre a dinâmica do jogo.

No Campeonato Brasileiro de 2007, outro caso que mereceu destaque ocorreu no jogo entre Vasco 0x1Santos. O Santos se tornou vencedor com um gol validado equivocadamente num momento importante da disputa pelo campeonato. O título da notícia diz, ‘Vasco tropeça no juiz e nas próprias pernas’ (O Globo, 1 de out. de 2007, Esportes). Percebe-se que o erro da arbitragem foi determinante para o resultado. Quando descrevemos dessa forma, verificamos que na dinâmica da luta

para vencer o adversário por suas competências, o Vasco não foi exitoso. Foi incapaz de marcar gols. Entretanto, o Santos só o conseguiu através de uma jogada em que um dos seus jogadores estava em impedimento. O resultado do jogo foi decidido pelo erro da arbitragem e não pela competência do Santos.

Para constatar que os erros não ocorrem somente no futebol brasileiro, no jogo Valência 1x0 Celta, realizado em 04 de março de 2007, pelo Campeonato Espanhol, o Celta pressionava o Valência para obter o empate. O Valência, num contra-ataque em que o jogador partiu sozinho de seu próprio campo – e, portanto, não poderia ser punido – teve a jogada anulada pelo árbitro auxiliar. Esse erro evidente e grave por pouco não alterou o resultado da partida, pois com o desenrolar do jogo o Celta quase conseguiu empatar.

Em pesquisa realizada no Campeonato Português, Santos (1996), ao observar uma rodada completa, verificou que, em muitos jogos, vários erros aconteceram mudando totalmente o rumo do campeonato. Em cinco jogos observados, 19 impedimentos foram assinalados erradamente e, em três deles, os erros mudaram radicalmente os resultados da partida. Esse fato se torna preocupante quando sabemos que sistematicamente as arbitragens são questionadas no que tange à imparcialidade e suspeição de intenções. Além disso, os campeonatos longos tornam-se tensos e discutidos, muitas vezes na justiça desportiva.

Mais recentemente, Martinez *et al.* (2003) realizaram pesquisa no campeonato Espanhol da Primeira Divisão e na Liga dos Campeões da UEFA e constataram que, em 9 partidas observadas (810 minutos), os assistentes cometeram 49 erros de marcação de impedimento, que corresponderam a 38,8% do total de impedimentos do jogo. Segundo os autores, essa porcentagem, considerada alta, sobe para 57,1% se forem considerados os erros duvidosos.

A aplicação da regra de impedimento com mais precisão é tão complicada que parte dos dirigentes e especialistas do ambiente futebolístico já começa a cogitar mudanças na regra. Uma das sugestões é que o impedimento seja aplicado somente a partir da grande área. Tal sugestão foi comentada em programa de TV, em 2007, pelo Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o ex-árbitro Edson Resende.

Erros na interpretação das faltas

No que se refere à interpretação das faltas, descreveremos e comentaremos a seguir os erros de forma generalizada na medida em que esses ocorrem na maioria dos jogos, portanto, não faremos alusões a casos emblemáticos como fizemos na seção anterior. Entres as situações de falta mais recorrentes nos jogos de futebol estão: os ‘carrinhos` (ação que o jogador projeta pernas e

corpo deslizando no solo para interceptar a bola) por trás, pelos lados e pela frente; as 'solas' (utilização da sola do pé para retirar a bola do adversário de modo que há uma desproporção de força) representam um dos tipo de ação que deve ser caracterizada como jogo violento; e a utilização dos braços com movimentos fortes para desequilibrar ou retirar do adversário a possibilidade de disputa na jogada. Além disso, das ações que implicam desproporção de força em relação ao adversário, devemos incluir as simulações de falta como uma das infrações generalizadas no futebol que podem induzir erros de arbitragem.

Erros na interpretação das faltas fazem parte das ocorrências que mais têm gerado discussões e suspeitas de manipulação de resultados, na medida em que os árbitros se tornam controladores das atitudes dos jogadores. Pelo simples fato de interpretar que a falta por trás não tenha sido tão violenta, o árbitro pode – e assim tem ocorrido – não punir diretamente com cartão vermelho o jogador que a comete. Se agir dessa maneira, podemos dizer que sua interpretação foi indevida. A regra determina punição sumária para esse tipo de falta. Portanto, ao não aplicar essa regra de forma objetiva, o árbitro pode gerar suspeitas se a interpretação dada foi erro técnico ou manipulação da partida.

Nas observações realizadas durante os jogos assistidos, a opinião unânime dos comentaristas especializados é de que os árbitros não demonstram um

comportamento padrão quanto à aplicação das regras. Esses especialistas constantemente mencionam que os árbitros se omitem de assumir uma postura mais inibidora de violências, o que poderia 'complicar' suas arbitragens e gerar protestos mais violentos dos jogadores. Não podemos esquecer que essas discussões se acirram nos campeonatos estaduais, seja em decisões importantes ou nos confrontos entre os ditos times 'pequenos' e grandes. Como consequência, tornou-se muito 'natural' um jogador sofrer falta e ostensivamente fazer sinal para o árbitro que seu adversário merece cartão, tentando, assim, induzir o árbitro a apitar da forma que considera certo. Essas atitudes, por vezes, acabam sendo punidas com um cartão de advertência. Ao longo da partida, esses comportamentos geram muita tensão e discussão. Em função dessas diferenças de interpretações, os árbitros acabam por expulsar jogadores e, por vezes, perdem o controle da partida e prejudicam equipes. Em outras palavras, podemos dizer que se cria no jogo um 'espiral' de tensão, porque de forma clara os jogadores usam de uma atitude cínica, fundamentada no comportamento malandro, para atingir seus objetivos (Soares, 1994).

Se considerarmos que no futebol – esporte que não oportuniza a regularidade de marcação pontos ou gols em quantidade – a marcação de um pênalti pode definir o resultado de uma partida, a decisão de marcar uma falta na grande área é no mínimo custosa para o árbitro. Essa dificuldade é agravada pelos constantes comportamentos

dos jogadores de dissimulam sofrer falta dentro da grande área. Em função das dimensões do campo, da distância da jogada e da dinâmica do jogo, os árbitros, quando iludidos pela dissimulação dos jogadores, acabam cometendo erros graves. Sobre essa questão – posicionamento do árbitro em campo – discutiremos mais adiante por se tratar de um dos obstáculos da arbitragem do futebol.

Calazans (2007), em coluna intitulada 'Futebol Doente (1)', analisa as falas de Joseph Blatter e Michel Platini, presidentes da FIFA e UEFA, respectivamente, em que relacionam a crescente violência nos gramados aos comportamentos dos jogadores, treinadores e diretores que, por sua vez, contam com a permissividade dos árbitros em campo. Para Calazans (2007), os argumentos apresentados por Platini fundam-se ainda na experiência de quem esteve nos gramados e não na retórica vazia de quem trata a questão à distância.

Como forma de coibir o número de faltas no futebol, uma experiência emblemática foi realizada no futebol brasileiro no evento da Taça Rio-São Paulo de 1997. Essa experiência parece ter sido inspirada nas regras do Basquete que defini que após um número máximo de faltas coletivas cometidas, o adversário passa a ter o direito cobrar uma penalidade com muitas chances de conversão de ponto. No caso experimentado no futebol, após X faltas coletivas, o adversário teve o direito de cobrar penalidade na meia lua da grande área. Essa

regra na competição parece ter aumentado o autocontrole dos atletas no sentido de cometerem faltas. Todavia, essa experiência brasileira que introduziu essa regra não foi incorporada na agenda desse esporte, certamente por depender da anuência da *International Board*.

Erros pela dificuldade da arbitragem controlar tudo que acontece em campo

Esse aspecto da dinâmica da arbitragem é certamente um dos pontos que têm provocado mais discussões, tanto durante como depois dos jogos. Observemos as descrições a seguir.

Na Copa do Brasil, em 26 de abril de 2007, no jogo Fluminense 2x2 Bahia, o segundo gol do Bahia foi assinalado ilegalmente com a mão por um de seus jogadores. Esse gol poderia ter mudado totalmente o resultado da competição, caso o Fluminense não tivesse empatado e se classificado. Nesse caso, o clube pôde seguir na competição, ambicionando premiações e conquistas. É bom lembrar que o campeão da Copa do Brasil está automaticamente classificado para disputar a Copa Libertadores da América, cujo vencedor disputa o Campeonato Mundial de Clubes, com chances de auferir grandes somas em premiação financeira.

No Campeonato Brasileiro de 2007, dois casos mereceram destaque dos jornais analisados e nos nossos registros. Na partida entre Grêmio 1x1 Fluminense, o árbitro não viu o jogador do Grêmio tomar a bola com a mão do goleiro do Fluminense

para, em seguida, fazer o gol. Embora o fato tenha gerado muitas reclamações dos jogadores, o árbitro não reverteu sua decisão (O Globo, 27 ago 2007, Esportes, p.5).

No jogo Náutico 4x1 Botafogo, quando empatado em 1x1, o árbitro assinalou um pênalti a favor do time da casa, embora o defensor do Botafogo tenha tomado a bola sem tocar no adversário. No decorrer do jogo, o Botafogo teve um jogador expulso corretamente e seus jogadores, descontrolados em função do que havia ocorrido anteriormente, tentaram agredir o árbitro. Pouco depois, entretanto, um pênalti marcado corretamente contra o Botafogo não foi motivo de protestos. Nesse caso, podemos inferir que os jogadores tiveram o discernimento de perceber a justeza da marcação do árbitro (O Globo, 12 set. 2007, Esportes, p.3).

Nas interações informais com árbitros, nas observações de comentaristas de TV especializados em arbitragens e no contato com estudantes dos cursos de arbitragem, percebe-se que existe a ideologia de que a presença de dois árbitros em campo poderia duplicar interpretações durante as partidas e isso geraria mais confusão do que objetividade. Ora, a contra-argumentação que se pode utilizar é que essas ambivalências de interpretações já existem de fato. A responsabilidade centralizada no árbitro principal faz com que esse se confunda nas interpretações, ora punindo severamente, ora deixando violências acontecerem sem punições ou,

ainda, não acatando a decisão de seus assistentes. Além disso, poder-se-ia argumentar porque em outros esportes, como o basquete, existem dois árbitros com poder de decisão e somente o futebol não? Em nossa opinião, as argumentações contrárias são reações pouco consistentes e reflexivas ao desenvolvimento do futebol como esporte maduro que deve equilibrar excitação, justiça e restringir ao máximo a violência, nos termos de Elias (1992).

Nas recomendações das regras atuais, já é permitido aos assistentes assinalar muitas faltas que o árbitro não consegue detectar, embora a eles seja destinada uma pequena parte do campo, as laterais. Porque, então, não deixar os assistentes assinalando impedimentos e outras jogadas mais capitais dentro da grande área e permitir um árbitro em cada meio campo, como forma de minimizar erros da arbitragem? Comparando novamente com o basquete, percebe-se que no futebol a área a ser coberta pelos árbitros é imensamente maior, o que justificaria ainda mais a inclusão de dois árbitros em campo. Enquanto no basquete parece haver uma preocupação clara com a minimização dos erros, isso não ocorre no futebol e é impedido pela estrutura organizacional e tradicional desse esporte. Uma das retóricas conservadoras e intransigentes, nos termos de Hirschman (1992) é creditar o sucesso e a atração que o futebol exerce aos possíveis erros da arbitragem e a polêmica derivada destes.

Com isso, o esporte parece perder como significado o confronto de habilidades específicas no espaço da competição.

Durante a realização desta pesquisa, destacamos duas reportagens que podem retratar como a questão provoca discussões acaloradas sobre a arbitragem no futebol. A primeira delas, intitulada 'Escalação de juiz reprovado causa indignação no Vasco' (O Globo do dia 21 set 2007, Esportes, p.41), discute a revolta dos dirigentes do Vasco que não entenderam como um árbitro, reprovado nos testes físicos, estaria escalado para o jogo do próximo final de semana contra um adversário direto na luta por uma posição na classificação da competição.

Na segunda reportagem, intitulada 'CBF quer arbitragem profissional em 2008' (O Globo do dia 30 de set. de 2007, Esportes, p.52), evidencia-se a intenção da entidade de exigir pelo menos quatro horas de treinamentos dos árbitros para que se sintam preparados devidamente para arbitrar. Nessa reportagem vários pontos são abordados sobre a questão da profissionalização e das possíveis conseqüências, mas em nenhum momento é cogitado o aumento do número de árbitros em campo.

Do ponto de vista histórico e sociológico, é desconsiderar todo o desenvolvimento dos vários esportes que hoje conhecemos. Enquanto que no tênis, tradicionalmente conhecido pelo seu *fair-play*, inclui-se o *hawk-eye* para corrigir erros da arbitragem, de uma forma

que até a platéia interage com os jogadores e torna o jogo mais atraente, os dirigentes do futebol seguem não ouvindo as argumentações e discussões que fervilham em torno do futebol como espetáculo. No tênis, apesar das mudanças na arbitragem e nas regras desse esporte tradicional, ainda está colocada na mesa do aperfeiçoamento do esporte a indicação de que a mudança do serviço (saque) poderia tornar o jogo mais equilibrado (Sheridan, 2006). Enfim, são várias as reflexões que tentam aperfeiçoar a qualidade e a justiça nas competições esportivas sem colocar em prejuízo a excitação provocada pelo jogo, todavia, o futebol organizado pela FIFA parece resistir as mudanças nessa direção.

Aprofundando as discussões

Considerando as observações e argumentações realizadas até agora, podemos inferir que a arbitragem que hoje presenciamos no futebol brasileiro é falível e motivadora de discussões: (a) primeiro porque o árbitro fica impossibilitado de ter total precisão dos momentos decisivos, em virtude da velocidade do jogo e da amplitude do campo de futebol; (b) segundo porque o árbitro parece ter dificuldade em aplicar, com mais objetividade, as regras, principalmente as de caráter disciplinar, o que torna os jogos altamente 'discutidos' e 'arbitrados' pelos jogadores e, conseqüentemente, mais afeito à violência (c) terceiro porque a aplicação da regra do impedimento é

altamente discutível, tornando alguns jogos extremamente tensos, já que uma marcação errada pode mudar completamente o resultado de uma partida; (d) quarto porque conscientes de todas essas dificuldades citadas, os jogadores jogam “próximo da ruptura” (Elias, 1992), isto é, aproveitam-se o máximo possível da subjetividade que impera nas atuações dos árbitros.

A dificuldade de os árbitros aplicarem as regras, sobretudo as de caráter disciplinar, é algo importante a ser considerado, principalmente quando se identifica que 90% das lesões e 94% dos incidentes resultaram de disputas envolvendo dois jogadores, isto é, do contato jogador-jogador. Além disso, em cerca de 60% das lesões os árbitros nem sequer assinalaram falta (ANDERSEN *et al.*, 2004)! Apesar de obtidos em outro país, esses dados confirmam a tendência que identificamos no futebol brasileiro.

Quando analisamos os erros citados em nossa pesquisa, verificamos a tendência de os jogadores utilizarem-se das situações nas quais poderão ter proveito em relação à regra ou à situação do jogo em si. É o caso, por exemplo, da falta cometida por trás, que implica em cartão amarelo, ou mesmo do carrinho, que deveria ser punido com expulsão direta. Os jogadores praticam essas faltas contando com o fato de que não serão punidos sumariamente, porque sentem que sempre existe o lado subjetivo da interpretação do árbitro que, como já foi

mencionado anteriormente, sofre pressões e influências antes dos jogos.

Boschilia (2008) reforça nosso argumento. Para analisar a interdependência da violência no futebol brasileiro e seus árbitros, o autor valeu-se de entrevistas para ouvir como efetivamente as regras são aplicadas dentro de campo. Eis uma fala bastante elucidativa:

As regras são como se fossem um rio descendo, a margem direita e a margem esquerda, ou seja, dentro delas você pode oscilar. O que você tem que ter, principalmente, são critérios. Se você tiver critérios de não arbitrar pequenas faltas, embora a regra diga que você tem que apitar, você tem usar para ‘a’ e para ‘b’, esse eu acho que é o principal ponto. Agora, 100% de aplicação de regras, 100% das regras eu digo honestamente para você que não tem condições. O árbitro tem que ter a noção e a sabedoria de entender quais são estas margens, para que o jogo não saia do seu controle (p.166).

Há, entretanto, sugestões para o aperfeiçoamento da arbitragem no futebol, elaboradas, inclusive, a partir da comparação com outros esportes. Porém, temos plena consciência de que a adoção de novas regras não é algo fácil, pois envolve uma série de interdependências – no sentido usado por Elias (1992). Considerando que as regras são elaboradas para mediar o padrão específico de dinâmica do esporte, Elias (1992) ressalta que a violência manifesta em sua prática relaciona-se ao processo de *maturação* do esporte como fenômeno social.

Assim sendo, é necessário perceber se as mudanças nas regras são “devidas àquilo que se sentem serem as deficiências do próprio jogo-padrão, num tempo em que as condições para realizar o jogo na sociedade em geral permaneciam inalteradas, ou se as mudanças no jogo-padrão são devidas a deficiências sentidas, provenientes, em grande medida, de condições de jogo na sociedade em geral (Elias, 1992, p.235)”.

Por que, então, os árbitros continuam aplicando critérios diferentes para questões em que a regra determina comportamentos uniformes? Possivelmente porque vivem num ambiente – futebolístico – que lhes permite tal comportamento, caso contrário, não ousariam incidir nessas atitudes. Não negamos, porém, a possibilidade de árbitros eventualmente serem punidos com a suspensão temporária de suas atividades. Entretanto, considerando a ambigüidade do contexto futebolístico, o retorno desses árbitros às suas atividades não traz garantias [aos atletas] de que, dali em diante, passará a adotar critérios uniformes para comportamentos dos jogadores. Ou seja, estamos falando das condições de jogo na sociedade em geral, porque inclui o comportamento do árbitro em relação aos jogadores e a permissividade da violência.

Lovisolo (1995) aborda claramente a questão das regras, suas formulações e os contextos em que surgem “a maioria das regras são elaboradas em contextos de conflito e incerteza. Se usarmos a expressão conflito em

sentido geral, podemos considerar que as regras são elaboradas para se alcançar a solução transitória de conflitos (p.92).”

Além disso, percebemos interesses, paixões e vontades contrapostas são elementos que delineiam os conflitos, que não necessariamente são negativos. Pelo contrário, podem despertar solidariedade (LOVISOLO, 1995). Cabe, portanto, a pergunta: Será que todas as partes interessadas no aperfeiçoamento do futebol como esporte, percebem efetivamente os conflitos e as incertezas que existem e participam desse processo com contribuições concretas?

As observações realizadas para entender o contexto das arbitragens nas situações descritas ao longo da pesquisa nos permitem inferir que, apesar das reclamações se concentrarem na figura dos árbitros, não existe uma proposta que mude tal situação. Embora reconheçamos que no passado algumas experiências já foram realizadas, não percebemos por parte dos outros interessados alguma sugestão concreta que minimize esses comportamentos.

No Campeonato Paulista de 2000, a utilização de dois árbitros em campo, cada um responsável por uma metade do campo, apontou bons resultados. Segundo jogadores, técnicos e o presidente da federação, não houve muitas reclamações durante o jogo, porque os árbitros marcavam as jogadas de perto. Houve sim, diminuição do número de faltas e aumento do tempo

efetivo de jogo. Essa experiência não foi efetivada porque, provavelmente, as autoridades internacionais responsáveis pela arbitragem resistem as mudanças. Além dessa experiência, na Taça Rio-São Paulo de 1997, como já citamos, foi instituído um limite para o número de faltas cometidas por equipe, a partir do qual era cobrado um tiro livre direto da meia lua sem direito à formação de barreira. Como resultados concretos experimentou-se a diminuição do número de faltas, o aumento da média de gols por partida e a inexistência de empates sem gols.

Não estamos aqui refletindo sobre algo que possa desvirtuar a tradição do esporte, que é aspecto a ser respeitado e admirado. Estamos analisando experiências que procuram lidar com a grande incerteza reinante nas arbitragens atuais. Afinal, nos encerramentos dos jogos quando questionados sobre fatores que interferiram nos resultados dos jogos, técnicos, jogadores e dirigentes sempre têm um culpado: o árbitro vilão.

Outras perguntas podem ser propostas para continuarmos nossas reflexões: Será que efetivamente *todos* os atores têm interesse em mudanças? Será que os responsáveis pela manifestação da arte – os jogadores – têm consciência dos valores éticos e culturais que suas profissões envolvem? Além dos jogadores, por que técnicos e dirigentes – que também fazem parte da configuração do mundo futebolístico e, portanto deveriam estar interessados no desenvolvimento do esporte – não exercem seus poderes por meio de associações

classistas, para que se realizem alterações na forma como a arbitragem é realizada? Infelizmente nossa resposta é não, porque, ao observarmos o ambiente futebolístico por meio dessa pesquisa e também numa perspectiva histórica, percebemos que essas discussões já se arrastam há muito tempo, e as mudanças que foram propostas não tocaram em pontos centrais que poderiam alterar o estado atual de insatisfação. Além disso, as propostas são feitas sempre de cima para baixo. Ou seja, não percebemos nos meios de comunicação que veiculam notícias do futebol referência ao fato de que mudanças foram propostas em consequência da consulta aos jogadores. Parece haver um desequilíbrio de poder entre dirigentes e jogadores, além de um distanciamento dos primeiros da realidade dos campos e estádios de futebol. Esse estado geral dos acontecimentos envolvendo as arbitragens nos permite até interpretar que haja interesse na manutenção do *status quo* porque, apesar da confusão e das incertezas, os estádios continuam cheios.

Respaldados pelas argumentações dos autores aqui citados, podemos afirmar que do ponto de vista histórico-sociológico do desenvolvimento do esporte, existem condições para que se efetivem mudanças nas regras. O futebol apresenta grande conflito e um nível de incerteza elevado no que tange às suas arbitragens. Além disso, os desdobramentos que se seguem contribuem para uma imagem negativa do futebol profissional e do espetáculo em si. Entretanto, se concentrarmos nossos

olhares nos atores envolvidos no futebol, nossa hipótese se desfaz, porque parece que os mesmos não pertencem ao processo no qual estão inseridos. Se é que assim podemos pensar, porque não demonstram iniciativas em propor mudanças?. Pelo contrário, o clima de acusação mútua e a figura do bode expiatório centrada no árbitro, sem que, concretamente algo seja proposto, leva-nos a concluir que a confusão geral pode interessar aos envolvidos. Afinal, aquele que é prejudicado hoje, amanhã pode ser ajudado pela arbitragem!

Ao observarmos a dinâmica de outros esportes, como basquete, futsal e tênis, percebemos que as alterações realizadas em suas regras sugerem uma tendência de tornar o jogo mais justo e atrativo, privilegiando a equipe ou o jogador – sobretudo no caso do tênis de campo – tecnicamente mais habilidoso. A minimização dos erros por parte da arbitragem fica óbvia pela quantidade de árbitros envolvidos naqueles esportes. Se tomarmos o exemplo do basquete, em determinados momentos de um jogo pode acontecer que somente um árbitro fique responsável por observar dois jogadores. Ou seja, torna-se uma arbitragem mais fácil de realizar. Além disso, a limitação do número de faltas – em alguns desses esportes – coíbe a violência que pode impedir o desenvolvimento qualitativo do desporto.

Mas mesmo que considerássemos que pudesse haver outros interesses por trás das mudanças nas regras dos esportes citados acima, nossa preocupação é refletir

sobre a dificuldade inerente à arbitragem no futebol, pela dimensão espacial a ser coberta pelo árbitro. Também quando realizamos nossas reflexões e dizemos que esses esportes procuram ser mais atrativos, não estamos estabelecendo uma comparação com o futebol, que acreditamos despertar uma paixão e atração incomparáveis.

Todos os acontecimentos envolvendo os jogos das competições analisadas em nosso estudo geraram uma série de reportagens nos jornais, comentários de especialistas nas rádios e programas esportivos que dedicaram muito tempo às discussões da arbitragem. Exemplo importante foi o caso do programa ‘Bem Amigos’ do dia 10 de setembro de 2007, no qual os jornalistas especializados, além de discutirem exaustivamente os erros graves ocorridos, refletiram sobre a profissionalização da arbitragem como forma de solucionar os erros. Em nossa opinião, uma abordagem equivocada, pois não é o fato de ficarem inteiramente voltados para a arbitragem que irá solucionar os problemas que estão restritos ao momento do jogo. Como ficou demonstrado acima pelos estudos de Martinez *et al.* (2003), existe uma dificuldade concreta de visualização do impedimento, que certamente o treinamento ‘profissional’ pode vir a minimizar, mas sempre ocorrerão erros, talvez graves, que gerem discussões infundáveis.

Ainda que considerando a limitação de nossa pesquisa de não ter entrevistado os principais atores

envolvidos no processo [os jogadores e árbitros], ela nos enseja algumas reflexões: Que futebol queremos presenciar? Um futebol de alta falibilidade nas arbitragens e com sucessivas discussões sempre com os mesmos culpados: os árbitros?. Não valeria a pena investir em experiências prudentes como incluir dois árbitros em campo e mais dois somente para controlar a grande área, que é um espaço especial do jogo? Que interesses podem estar por trás das decisões de não se realizarem experiências em competições que serviriam de laboratório? Será que ainda prevalece a opinião do ex-presidente da FIFA, João Havelange, sobre o erro no futebol? “No dia em que o futebol não tiver erro, morre, porque não vai ter o que se discutir” (cf. REIS, 1998, p.5).

Para Morais e Barreto (2008), a questão permanece em aberto. Após ouvir dirigentes, técnicos e jogadores de futebol sobre a inclusão da tecnologia para auxiliar a aplicação das regras pelos árbitros, esses autores identificaram posturas favoráveis, contrárias e intermediárias sobre o assunto. Esse último grupo aceita o uso da tecnologia apenas para em lances decisivos e consumados. De um modo geral, as opiniões refletem as intenções de aliar razão à emoção, de tornar mais justa a aplicação da regras e até mesmo de manter o *status quo*, com o argumento de que os recursos tecnológicos representariam a “sanitarização” do futebol, algo indesejável já que a vida também é feita de “ruídos”, “sujeiras” (p.148).

Aliás, na competição da Taça da UEFA 2009/2010 foi experimentado a utilização de um árbitro atrás dos gols, para verificar possíveis jogadas que despertem polêmicas dentro da grande área.

Talvez em algum campeonato importante, quiçá uma Copa do Mundo, em que um país importante seja muito prejudicado por algum erro grave captado pelas câmeras de televisão, sirva para provocar mudanças significativas na arbitragem do futebol. Recentemente, nas eliminatórias para a Copa do Mundo 2010, na decisão da vaga entre França e Irlanda, um desses lances polêmicos aconteceu gerando muita discussão e indignação por parte dos dirigentes irlandeses, quanto ao comportamento do jogador francês, que utilizou a mão para dominar a bola e efetuar um passe e proporcionar o gol da vitória da França. Durante a Copa do Mundo de 2010, o caso mais emblemático ocorreu no jogo entre Inglaterra e Alemanha, quando um gol inglês não foi validado, ainda que a bola tenha ultrapassado completamente a linha do gol. Se consignado, o gol representaria o empate da Inglaterra, o que daria outros contornos ao jogo.

As transmissões de TV deram muito destaque ao erro da arbitragem e responsabilizaram a FIFA pela não adoção de recursos eletrônicos visuais para auxiliar a arbitragem e, por conseguinte, pela eliminação da Inglaterra da Copa do Mundo. A manchete do jornal “O Globo” no caderno de esportes foi “Só a FIFA não viu”

complementada com a fotografia da bola ultrapassando a linha do gol (28 jun. 2010, Esportes, p.1).

Considerações Finais

Admitindo-se o grau de profissionalismo alcançado pelo futebol no mundo, entendemos que o aumento do número de árbitros em campo é alternativa concreta – e passível de ser implementada em curto prazo – para a redução da falha humana e o aumento da atração exercida pelo futebol, fruto da beleza e criatividade de seus artistas: os jogadores. A nosso ver, a imponderabilidade da construção dos resultados deve centrar-se tão somente na habilidade tática e técnica dos jogadores e das equipes, e não nos erros das arbitragens. Para superá-los, vislumbramos as seguintes possibilidades. Além da manutenção dos assistentes e de suas funções, propomos a utilização de dois árbitros em campo (cada um responsável por uma metade do campo) e de um árbitro atrás de cada gol (para dirimir dúvidas cruciais). Essa mudança, além de tirar dos ombros do primeiro árbitro senão toda, a maior responsabilidade pelos erros cometidos na partida, não ‘feriria’ a dinâmica essencial do futebol. Por último, mas não menos importante, a consolidação dessa mudança requereria ainda a realização de pesquisas capazes de avaliar objetivamente a nova dinâmica no futebol, por meio de indicadores como número de lesões, faltas e gols. A nosso ver, tais alterações representariam uma ruptura no

perverso e ambíguo ciclo de erros instaurado na arbitragem no futebol.

Referências

- 1.AGOSTINO, G. Nós e Ellos, Nosotros y Eles – Brasil x Argentina: Os inimigos Fraternos In: DA SILVA, F.C.T e DOS SANTOS, R.P. (Orgs) Memória social dos esportes. Futebol e política: A construção de uma identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad Editora: Faperj, p.55-80, 2006.
- 2.ANDERSEN, T.R. et al. Rule violations as a cause of injuries in Male Norwegian Professional Football. Are the referees doing their job? The American Journal of Sports Medicine, Vol.32, No. 1 Suppl., 2004.
- 3.AMATO, G. Escalação de juiz reprovado causa indignação no Vasco. Rio de Janeiro: O Globo, p.41 Caderno de Esportes, 2007.
- 4.AWI, F. O que estamos vendo é uma covardia (com os árbitros). Rio de Janeiro. O Globo, Caderno de Esportes, p.33, de 28 de agosto de 2007.
- 5.BOSCHILIA, B. Futebol e violência em campo: análise das interdependências entre árbitros, regras e instituições esportivas. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2008
- 6.BROMBERGER, C. As práticas e os espetáculos esportivos na perspectiva da etnologia. Horizontes Antropológicos/UFRGS. IFCH. Porto Alegre: nº 30, 2008.
- 7.CALAZANS, F. Futebol doente (1). Rio de Janeiro: O Globo, 1 de abr.2007, p.51, Esportes.
- 8.CBF quer arbitragem profissional em 2008. O Globo, 30 de setembro de 2007, Esportes, p.52.
- 9.Diretoria insiste em banir árbitro dos jogos do FLU. O Globo, Rio de Janeiro, p.33, 28 de agosto de 2007.
- 10.DaMATTA, R. Esporte na Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro. In: DaMATTA, R., NEVES, L.F.B., GUEDES, S. VOGEL, L. A. Universo do Futebol: Esporte e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Edições Pinakoteke, 1982.
11. ELIAS, N.; DUNNING, E. A busca da excitação. Lisboa: DIFEL, 1992.

12. Escalção de juiz reprovado causa indignação no Vasco. O Globo do dia 21 de setembro de 2007, Esportes, p.41.
13. FONSECA, M. Varredura total na arbitragem. O Globo, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 2007, p.38.
14. FRIMAN, M. et al. Threats and Agression Directed at Soccer Referees: An Empirical Phenomenological Psychological Study. The Qualitative Report. Vol.9, No 4, Dec. 2004.
15. GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
16. HIRSCHMAN, A.O. A retórica da intransigência: perversidade, futilidade ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
17. Juiz erra, Botafogo perde a cabeça e é goleado. Rio de Janeiro, O Globo, p.3, Caderno Esportes, 10 de setembro de 2007.
18. LANE et al. Soccer Referee Decision-making: Shall I Blow the Whistle? Journal of Sports Science and Medicine. Vol. 5, p.243-253, 2006.
19. LOVISOLO, H. Arte da Mediação. Rio de Janeiro: Sprint. 1995.
20. MANSUR, C. E. CBF quer arbitragem profissional em 2008. Rio de Janeiro: O Globo, p.52, Caderno de Esportes, de 30 de setembro de 2007.
21. MARTINEZ. J.A.G. et al. Limitacións cognitivas na apreciación do fora de xogo nos asistentes de fútbol. Pôster apresentado no X Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa, Universidade do Porto. Porto, 2004
22. Número de faltas diminui com árbitros em campo. 24 de janeiro de 2000, www.estadao.com.br/edicao/pano acesso realizado em 13 de outubro de 2003.
23. MORAIS, J.V. de; BARRETO, T.V. As regras do futebol e o uso de tecnologias de monitoramento. Estudos de Sociologia. UFPE. Recife: vol. 14, nº2, jul/dez 2008.
24. Presidente do Flu irá à justiça contra árbitro. Rio de Janeiro, O Globo, 27 de agosto de 2007, Esportes, p.5.
25. REIS, S. Nunca ninguém vai fazer o que fiz na FIFA. São Paulo: O Estado de São Paulo, p.E5, Caderno de Esportes, 6 de abril de 1998.
26. SANTOS, R. F. dos. A violência no futebol português: uma interpretação sociológica a partir da concepção teórica de processo civilizacional. Tese de Doutorado. Porto: Universidade do Porto, 1996.
27. SHERIDAN, H. Tennis technologies: D-Skilling and Re-Skilling players and the implications for the game. Sport in Society, v.9, n.1, p.32-50, 2006.
28. Só a FIFA não viu. Rio de Janeiro, O Globo, 28 de junho de 2010, Esportes, p.1.
29. SOARES, A. J.G. Futebol, malandragem e identidade. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1994.
30. Vasco tropeça no juiz e nas próprias pernas. Rio de Janeiro, O Globo, 1 de outubro de 2007, Esportes, p.2.